

Os arquivos e o acesso global à Informação¹

Armando Malheiro da Silva

À Memória da Colega e Amiga

Dr.ª Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, junto de quem durante duas décadas exercitei a profissão de arquivista e encetei uma trajetória difícil, por vezes incerta e interminável, rumo à "montanha enevoadas" da Ciência da Informação...

1

A mudança de paradigma: um recuo retrospectivo

Temos insistido bastante em algo que o uso comum das palavras e a necessidade prática de designar um objecto ou coisa e de expressar uma ideia, intenção ou actividade tendem a desconsiderar importante ou imprescindível. Referimo-nos à polissemia dos termos e, no caso em foco, à flagrante polissemia de Arquivo. Com sete letras apenas este termo abrange vários sentidos opostos entre si: significa, sendo sinónimo de Fundo (termo introduzido em 1841 segundo a tradição francesa), conjunto de documentos produzidos, acumulados e arquivados (guardados e conservados) por uma qualquer entidade singular ou colectiva, pública ou privada; significa função adstrita a um processo específico

de natureza jurídico-administrativa (acto conclusivo de um processo judicial ou político-administrativo: o arquivamento do processo); significa serviço e *locus* numa organização ou entidade destinada a absorver e a gerir o acto referido no sentido anterior; significa equipamento de arquivagem (pastas, caixas, armários, estantes); significa edifício (imóvel adaptado ou feito de novo); e significa instituição moderna surgida na sequência da Revolução Francesa (1789) criada pelo Estado para recolher documentação estatizada ou tornada pública e de acesso tendencialmente livre e gratuito (Arquivo Nacional-Torre do Tombo, Arquivo Distrital e Arquivo Municipal).

Como *archivum* ou *archium* latinos, o sentido de Arquivo, advém do termo grego *arkheion*: uma casa, um domicílio, a residência de magistrados superiores, os *archontes*, os que mandavam. Detinham o poder político e tinham o direito de fazer ou representar a lei. Os *archontes* depositavam, em sua casa (de família e de função), os seus documentos oficiais, constituindo-se assim como guardiães, que garantem a segurança física do depósito e do suporte e que possuem a competência hermenêutica – o poder de interpretar os arquivos: *Com um tal estatuto, os documentos, que nem sempre são escritas discursivas, não são guardados e classificados como arquivo senão em virtude de uma topologia privilegiada (o lugar particular, lugar especial, da lei, do privilégio). E ao cruzar o topológico e o nomológico, o lugar e a lei, o suporte e a autoridade, a cena de domiciliação torna-se a uma só vez visível e invisível*².

Ilustra-se melhor o que se pretende mostrar, se olharmos para trás – para os primórdios da escrita³, cuja invenção constitui um primeiro salto tecnológico de ruptura e continuidade com a oralidade⁴ – e percorrermos uma trajectória histórica que nos permita perceber a formação de acervos documentais organizados e intimamente ligados ao exercício da governação e da celebração do sagrado através do respeito e aplicação de leis (prática jurídica).

Remontando ao 4.º milénio antes de Cristo, encontramos no vale do Nilo e na Mesopotâmia cidades e Estados organizados, em cujos palácios e templos havia locais onde se conservavam textos e registos da mais diversa índole, para serviço das classes dirigentes: *São já verdadeiros arquivos, embora pelo seu conteúdo possam algumas vezes acumular a função de bibliotecas privadas. Na verdade, tanto se encontram missivas e assentos contabilísticos, como*

*textos literários, sob a forma de oráculos, hinos religiosos ou relatos históricos. As sociedades pré-clássicas tinham já um sentido muito apurado da lei e da justiça. Daí que uma boa percentagem dos documentos produzidos diga também respeito a tratados, contratos, actos notariais, testamentos, promissórias, recibos e sentenças dos tribunais. É de referir ainda o aparecimento de léxicos e catálogos descritivos, o que já revela um grau superior de organização*⁵. Instrumentos de pesquisa de uso interno, convém frisar, na medida em que a consagração formal do acesso público, tanto quanto nos é dado saber, surge apenas como um traço setecentista da Modernidade ocidental.

Como exemplos maiores da realidade descrita temos a cidade de Mari (Mesopotâmia) conquistada pelo rei Hammourabi, que mandou inventariar o Arquivo do Palácio, levando consigo a correspondência internacional para usar na sua acção político-diplomática.

Em Ebla (Síria), séc. XXIV a. C., o Arquivo do Palácio caracterizou-se por um acervo abundante de tabuinhas e de placas de argila em escrita cuneiforme, bem como por uma rede de depósitos, estando cada um ligado a determinada área administrativa.

E na cidade síria de Ugarit foi possível reconstituir uma malha complexa e sincrética de Arquivos e Bibliotecas, a saber: *Arquivo do Palácio Real (Depósito central contendo documentação política, jurídica e financeira e assentos sobre administração do palácio; Depósito Oeste contendo documentação essencialmente económico-financeira; Depósito Leste contendo documentação essencialmente de natureza político-militar; Depósito Sul contendo documentação sobre negócios estrangeiros; Depósito Sudeste contendo documentação de carácter religioso e económico; Sala do sector ocidental contendo documentação pertencente a um serviço que teria sido transferida; Tabuinhas do forno; Arquivo do Palácio Sul (Duas salas com documentação sobre comércio marítimo e navegação); Arquivo da Casa de Rap'anou (Contém correspondência sobre negócios estrangeiros, lista de divindades e textos de esconjurações, guias ortográficos, linguísticos e enciclopédicos); Arquivo da Casa de Rasapabou (Contém documentação jurídica e económica sobre o proprietário e sua família e tratado sobre o modo de cuidar de cavalos); "Biblioteca" do Letrado (Contém esconjurações, ritual para aliviar as mulheres grávidas,*

lista de medicamentos e fórmulas para a cura de doenças, guias ortográficos, lexicográficos e enciclopédicos); "Biblioteca" da Zona Sul (Recolha de ditados e máximas, textos literários e astrológicos, correspondência, textos jurídicos e contabilísticos, guias lexicográficos); "Biblioteca" da Zona Sul da Acrópole (Ângulo nordeste do edifício: textos mitológicos, listas de divindades e de oferendas, hinos litúrgicos e textos de música e dança, listas de pessoas e carta régia, guias ortográficos; Ala meridional: textos literários, ditados e máximas, lista de divindades, textos médico-mágicos, esconjurações, correspondência e textos jurídicos, guias lexicográficos); e "Biblioteca" do Grande Sacerdote (Contém poemas mitológicos, lista de divindades, súplica religiosa, correspondência, guias ortográficos e lexicográficos) ⁶.

A descrição minuciosa do conteúdo dos depósitos permitir-nos-á, mais adiante, sublinhar que até ao desenvolvimento, a partir do Renascimento, do homem tipográfico e até à consagração do Estado burocrático e centralizado da época contemporânea, o livro (o *biblos*, traço distintivo da Biblioteca) não passava de um artefacto material e a documentação de natureza jurídica, política e administrativa de cariz impositivo e probatório mesclava-se com o literário, o religioso, o artístico (a música), formando uma síncrese orgânica originária. Característica que se manterá, bem viva, nos casos conhecidos da época greco-romana.

O Métrôn ou Templo de Cibele, em Atenas, foi investido, a partir de 350 a. C., das funções de Arquivo do Estado Ateniense, repetindo, curiosamente, o modelo de Pi-Ramsés, no Egipto, com a chancelaria e dois depósitos, os quais ladeavam o santuário da divindade protectora e custodiavam leis e decretos governamentais, actas das reuniões do Senado, documentos judiciais e financeiros, inventários, listas de efebos, além de exemplares oficiais da obra de grandes trágicos e alguns documentos privados de valor excepcional, como o testamento de Epicuro.

Do período helenístico merece destaque a descoberta do chreophylax de Dura-Europos, cidade fundada, em 300 a. C., a mando de Seleucos I, herdeiro da parte asiática do império de Alexandre Magno: *O edifício, que era uma espécie de "casa dos contos" do reino selêucida, dispunha de várias salas, uma das quais possuía as paredes forradas com uma rede de casulos em tijolo. Os*

alvéolos, com cerca de 35 cm de lado e 80 cm de profundidade, tinham a forma quadrangular e uma inclinação de 45.º, dispondo-se em filas horizontais, num total de pelo menos cem unidades. Era esta a forma de ordenação dos rolos de papiro, sendo o respectivo conteúdo funcional assinalado por um monograma, ao qual se junta a referência da data dos documentos arquivados em cada compartimento. Pode concluir-se, pois, que no plano técnico a arquivística atingiu no período clássico um grau de maturidade muito superior ao que regra geral se supõe⁷.

Em Roma avultam, sobretudo, três casos: o *Aerarium Saturni*, situado no Templo de Saturno, terá sido o primeiro Arquivo da Roma antiga, tendo-se chamado depois *Tabularium* e foi gerido pelos Censores, funcionários encarregues de organizar as listas de recenseamento; o Arquivo do *Aerarium*, que compreendia as seguintes unidades ou secções: *Comitia*, Senado, *Commentarii* dos Cônsules, Censores, Pretores, Questores Urbanos e Governadores Provinciais; e o *Tabularium Caesaris*, que foi o Arquivo do Imperador no tempo de Augusto, destruído, entretanto, pelo fogo e constituído por cartas, papéis de família, rascunhos, obras literárias, etc.

Do período greco-romano para a alta Idade Média não houve a descontinuidade organizativa sugerida pelo colapso do Império romano, pela expansão e consagração do cristianismo e pela formação de um mosaico de reinos com índices civilizacionais inferiores aos atingidos no Mundo Antigo.

A prática arquivística não sofreu retrocesso, mas as condições históricas concretas não permitiram significativos desenvolvimentos. Mesmo assim, pode dizer-se que o conceito de Arquivo cristalizou e as operações práticas correspondentes surgem bem ilustradas em vários casos como a Chancelaria da Cúria Romana, a Chancelaria da Corte Merovíngia ou os *Scriptoria* de Mosteiros animados pelas comunidades religiosas mais activas. De salientar, também, que os Arquivos/Bibliotecas foram, de início, ambulantes, devido à instabilidade político-militar dos reinos europeus na alta Idade Média. Na baixa Idade Média a sedentarização das instâncias do Poder (em particular as Chancelarias régias) possibilitou a feitura de armários e criação de gabinetes para colocação dos documentos.

No Município do Porto, em 1405, fala-se da sala do Cartório. Data de 1384 o regimento do Arquivo de Aragão, que “servia fundamentalmente para a defesa dos interesses do monarca”. E na Torre do Tombo, o respectivo Guarda-Mor – cargo exercido, entre outros, por Fernão Lopes, cujas crónicas são um exemplo célebre da simbiose de duas narrativas, a histórica e a literária – era responsável pelo Arquivo da Coroa, formado por cartas, leis, capítulos de Cortes, etc., e era, ao mesmo tempo, encarregue de historiar os feitos/factos políticos dos monarcas e seus reinados. Esta é uma função que recupera o que certos escritores da Antiguidade grega e, sobretudo, romana modelaram, não sendo, por isso, nova. Mas há, aqui, uma novidade interessante: a acumulação pela mesma pessoa do desempenho como arquivista/conservador ou guardador de documentos e como seu utilizador e difusor através do género cronístico.

No séc. XVI ocorreu uma grande concentração de Arquivos, que se entende à luz da estruturação do Estado centralizado. Este fenómeno é visível noutras latitudes como, por exemplo, na China: o Arquivo de Huang Shi Cheng, em Pequim, construído em 1534, mostra ou confirma que a organização centralizada dos documentos de Estado não era cuidado exclusivo dos governantes europeus. A Torre do Tombo evoluiu e terá influenciado a reforma no seio da Corte espanhola, que culminou na organização do Arquivo de Simancas. E em 1583, a dita Torre abarcava e custodiava a Chancelaria (Reis e Casa Real; e Vassalos); os Originais; as Crónicas dos Reis, a Leitura Nova e a Livraria, tudo isto produção própria do Guarda-Mor e seus auxiliares; o Arquivo Pessoal de Pêro de Alcáçova Carneiro (incorporado em 1569); e o Almojarifado/Alfândegas/Casas do Reino, incorporação ordenada por D. João III.

Atenção é devida, também, à prática administrativa e aos modelos de ordenação e classificação aplicados no espaço eclesiástico (Mitras, Cabidos; Mosteiros, Conventos, etc.). É, a este propósito, exemplar o caso da Mitra e do Cabido da Sé de Braga com o seu famoso arcaz (ou armário feito com gavetas e prateleiras para os livros de índices e outros) e a classificação temático-funcional adoptada em 1754.

Chegamos, assim, ao séc. XVIII e às transformações conjunturais e estruturais introduzidas pela Revolução Francesa (1789). A extinção revolucionária das Ordens Religiosas e o ataque à jurisdição espiritual e temporal da Igreja

Católica colocou na posse directa do Estado revolucionário um acervo de bens materiais que incluíam milhares de livros e de documentos. O mesmo ocorreu com os domínios senhoriais e suas livrarias e cartórios. Tão vasto caudal de papel e de pergaminho exigiu a criação de Bibliotecas e dos Arquivos Nacionais como espaços físicos e serviços estatais, dotados de pessoal exclusivo, encarregues de sua custódia. Mas não só... A Lei de 7 de Messidor criou os *Archives Nationales* com a incumbência expressa de que *todo o cidadão poderá pedir em todos os depósitos, em dias e horas fixados, o acesso aos documentos aí colocados*.

A possibilidade concedida a todos os cidadãos de consultarem e de requererem, sem custos, certidões dos documentos, essencialmente patrimoniais, que lhe permitiriam reivindicar a posse de terras ou reivindicar direitos sonogados durante o *Ancien Régime*, institui a possibilidade de uma prática nova e inovadora que vinculava o Estado ao dever de resposta às demandas de todo e qualquer cidadão, rico ou pobre. Sonia Combe, num estudo que tivemos ensejo de destacar em uma outra intervenção pública⁸, sublinhou esta inovação e acompanhou o desvio (inevitável?) que se lhe seguiu.

A retrospectiva traçada permite, pois, apercebermo-nos do que se oculta por detrás da aparentemente neutra e simples realidade arquivística. Revirando-a ou olhando-a mais fundo, que (re)aparece?

Os serviços e/ou instituições Arquivo (Nacional e Público) e Biblioteca (Nacional e Pública) são, tal como se desenvolveram e existem hoje por toda a parte, uma criação da Modernidade inscrita numa concepção iluminista, revolucionária, liberal e, mais tarde, democrática, de partilha colectiva da memória e da cultura de um povo e da humanidade. Um desiderato utópico assumido programaticamente por diferentes Governos em diversas latitudes, mas sempre pervertido por condicionalismos ideológicos, dinamismo sócio-económico (capitalismo), fins eleitorais, interesses pessoais, etc.

No que especificamente respeita ao legado moderno do Arquivo Público, a missão democrática originária ficou enredada numa bifurcação dilemática: a incorporação e acesso da documentação com "valor/interesse" para a História ficou à mercê de critérios "técnicos" mais ou menos claros e de práticas mais ou

menos transparentes dos arquivistas (muitos deles com formação historiográfica e concorrentes disfarçados dos historiadores académicos e universitários); enquanto a documentação de áreas governativas sensíveis e com idade não superior a cem anos permaneceu sob a tutela dos agentes (funcionários e políticos) do aparelho burocrático e do seu zelo na protecção dos “superiores interesses do Estado” – expressão tão razoável e compreensível quanto falaciosa e sinónima de opacidade defensiva e protectora dos actos controversos de quem decide e de quem coopera com o(s) decisor(es).

Sobressai, ainda, a confirmação da leitura etimológica de Jacques Derrida, que tal como Sonia Combe foi alvo da nossa atenção num mesmo texto⁹. Derrida lembrou que Arquivo reenvia a *arkhê* no sentido nomológico e a *arkhe* no sentido da ordem. Ou seja: o Direito anda indissolúvelmente ligado ao Poder (sagrado e profano) e esta dupla traduz-se numa acção discursiva (legal) cuja materialidade forma o ARQUIVO – instrumento hipomnésico e profético da obsessão pelo originário.

A conotação moderna e especializada do “documento de Arquivo” com a lógica, a narrativa e a prática administrativas é posterior ao séc. XVIII, mas radica numa prática natural com raízes até, pelo menos, à Antiguidade Pré-Clássica. Leis, cartas oficiais, textos religiosos, obras literárias, documentos oficiais e particulares pertencem indistintamente a uma totalidade que resulta, por inteiro, de uma entidade (com a sua estrutura) empenhada na prossecução quotidiana dos seus objectivos. E se é verdade que a etimologia de Arquivo o coloca na esfera jurídico-executiva do exercício do Poder, também é verdade que o termo Biblioteca (*biblos* + caixa) absorve facilmente esse sentido “arcântico”, ocorrendo uma osmose semântica sem problemas de maior até à Modernidade, embora não possamos negligenciar a perturbação que a “galáxia Gutenberg” ou a “revolução tipográfica” veio causar a partir do séc. XVI, instalando uma dicotomia palpável ou sensorial, ainda que não substantiva, entre o manuscrito e o impresso.

A experiência incorporacionista francesa, ao contrário da anglo-americana, evoluiu no sentido, como ficou visto, da clivagem e da fractura entre Arquivo Histórico (o Arquivo Nacional e os Departamentais espalhados pelas sedes de circunscrições administrativas do Estado-Nação centralizado) e Arquivo da(s) Administração(ões), ficando aquele refém da História, disciplina-mãe e

tutelar da imberbe Arquivística, e dos seus “artífices-académicos”, convertidos facilmente em clientes principais (para não dizermos quase únicos) durante décadas, e nem todos iguais, dos arquivistas-conservadores (guardiães), e o segundo – o Arquivo ou Serviço de Arquivo *corrente e geral* de qualquer entidade activa – literalmente vedado ao olhar indiscreto do cidadão mais ou menos reclamante, curioso ou politicamente comprometido.

A Arquivística, “disciplina” auxiliar da História, nascida e nutrida no seio de Escolas especiais como a *École National des Chartes*, só no último quartel do séc. XX e através do bem publicitado contributo da escola canadiana (com destaque para Jean-Yves Rousseau e Carol Couture) para uma Arquivística integrada, é que começou a desprender-se timidamente do Arquivo Histórico. E no pós-guerra, o exemplo anglo-americano do *records management*, traduzido por gestão documental e completado pela “teoria das três idades”, alertou para a evidência de que o processo administrativo era contínuo, começando na acção corrente e terminando, após uma fase intermédia ou intermediária de análise/avaliação para selecção, numa conservação permanente. No entanto, os efeitos práticos desta inevitabilidade, ao invés de simplificarem a situação arquivística, complicaram-na: *Os arquivos intermédios ou pré-arquivos começaram por ser depósitos centrais das administrações, mas vieram a tornar-se arquivos “mistos” (intermédios e históricos), pois o envelhecimento da documentação e os limites da política concentracionista bloquearam necessariamente o modelo previsto. Os arquivos intermédios acabaram por constituir instrumentos de desarticulação da cadeia documental na sua natural evolução*¹⁰.

Estes equívocos e complicações confirmam a existência de um paradigma (um modo de ver e de fazer induzido, desde logo, pela formação, feita ao longo de anos e décadas, dos profissionais de Arquivo e, também, de Biblioteca) que classificamos de custodial, estático, patrimonialista, historicista e tecnicista, que se projecta não apenas no desempenho profissional de arquivistas e bibliotecários, mas também no ensino teórico-prático das disciplinas de Arquivística e de Biblioteconomia, extrapolável para a emergente Ciência da Informação. Os traços essenciais desse paradigma são:

- sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte como função basilar da actividade profissional de arquivistas e bibliotecários;

- identificação do serviço/missão custodial e público de Arquivo e de Biblioteca com a preservação da cultura “erudita” ou “superior” (as artes, as letras, a ciência) de um Povo em antinomia mais ou menos explícita com a cultura popular, “de massas” e os “produtos de entretenimento”;
- ênfase da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação e da cultura como reforço identitário do mesmo Estado, sob a égide de ideologias de pendor nacionalista;
- importância crescente do acesso ao “conteúdo” através de instrumentos de pesquisa (guias, inventários e catálogos) dos documentos percebidos como objectos patrimonializados, permanecendo, porém, mais forte o valor patrimonial do documento que o imperativo informacional;
- prevalência da divisão e assunção profissional decorrente da criação e desenvolvimento dos serviços/instituições Arquivo e Biblioteca, indutora de um arrojado e instintivo espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência (persiste a ideia equívoca de que a profissão de arquivista ou de bibliotecário gera, naturalmente, disciplinas científicas autónomas como a Arquivística e a Biblioteconomia).

Este paradigma impregna o comportamento de arquivistas e de bibliotecários, situando-se os documentalistas (herdeiros da teorização inovadora de Paul Otlet¹¹), os gestores de documentos (ou *records managers*) e, mais recentemente, os gestores da informação numa “zona paradigmática” próxima do paradigma emergente que a Sociedade da Informação ou a Sociedade em Rede, em que, segundo os sociólogos, estamos, não só tornou possível, mas inevitável.

Convém, pois, que, para a boa inteligibilidade da “tese” nuclear do presente texto, nos detenhamos de seguida sobre a Era da Informação, de que nos fala, entre outros, Manuel Castells¹², e das conjunturas que a compõem até ao momento.

2

A era da informação: traços e desafios

Preferimos a expressão usada por Castells por razões que adiante melhor se entenderão, mas as mais usadas, sobretudo pela comunicação social e em meios ligados à gestão das novas tecnologias e da gestão empresarial, são *sociedade da informação* e *sociedade do conhecimento*, merecendo ambas cada vez mais uma atenção crítica que não pode ser omitida. No entanto, não cabe, aqui, entrar neste tópico, mas vale a pena sugerir, pelo menos, a consulta da revisão de literatura feita por Lídia Silva de Freitas num artigo de 2002¹³. Aí se discute, inclusive, quem terá sido o “pai” da expressão e quais os fundamentos político-ideológicos subjacentes. Uma resenha útil, à qual juntamos um autor imprescindível do nosso ponto de vista.

O economista liberal francês Jean Fourastié (1907-1990)¹⁴, presidente, entre 1954 e 1957, do grupo de estudos da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (C.E.C.A.), que analisou o impacto do progresso técnico na siderurgia, publicou, em 1949, *Le Grand espoir du XXe siècle*¹⁵, anunciando a emergência da *Civilização do Terciário*, face à redução drástica do sector primário e a transformação acelerada do sector secundário, resultante da 2.ª vaga de industrialização. A *Civilização do Terciário* corresponde, genericamente, ao que outros autores anunciariam como realidade sócio-económica e laboral do pós II Guerra Mundial e o interessante é que a previsão, apoiada numa sólida base estatística e tendo como princípio norteador que *sont les faits économiques qui dominant, conditionnent, l'évolution actuelle de l'humanité*¹⁶, foi elaborada em plena turbulência bélica.

Entre 1947 e 1963, Fourastié pretendeu fornecer um estudo sólido e exaustivo sobre a evolução económica contemporânea, mas *Le Grand Espoir du XXe siècle* foi, sobretudo, o anúncio de uma nova conjuntura, ponto de viragem para uma nova *Era*. Como pedras angulares do seu discurso analítico e prospetivo convém destacar alguns pontos. Em primeiro lugar, a equação proposta para medir o progresso técnico (uma das ideias centrais da obra em foco), que consiste no crescimento do volume da produção obtida no meio de uma quantidade fixa de matéria prima, um acréscimo de investimento financeiro ou

do trabalho humano (quantidade de produto obtida numa hora de trabalho humano). Em segundo, convém frisar a relação entre a produtividade do trabalho e o progresso económico: a migração da população activa deriva do progresso técnico e é fundamental para que este se efective, sendo um dos efeitos o aumento do salário e do consumo. Em terceiro, sublinha-se o impacto do progresso técnico nas crises económicas, assim como a sua directa influência na gestação da civilização contemporânea: segundo Fourastié o facto novo gerador da *civilização de 1975* ou *civilização do Segundo Milénio* ou *ainda do Terciário* é o progresso técnico que abriu ao capital empregos produtivos de bens de consumo. E em quarto e último lugar, uma especial chamada de atenção para a noção de *período transitório*, que consiste no segmento de tempo, espécie de linha separadora do equilíbrio antigo, anterior ao progresso técnico, e o equilíbrio futuro a obter logo que o progresso técnico vivido em 1963 (data da edição definitiva da obra) consiga transferir grandes massas de população activa do sector primário para o sector terciário. Acresce a isto que o progresso técnico provoca um desequilíbrio temporário que se repercute da produção ao consumo e do consumo à produção, afectando o ser humano, a sua mentalidade, ou seja, desorienta-o e desenraíza-o.

Se no ativermos, com algum cuidado, à *Conclusão geral* da edição de 1963, constatamos que os vários itens que a compõem reflectem as bases da *Civilização do Terciário* prevista e anunciada, a saber: *L'homme d'action devant la révolution économique de notre temps*; *Les souffrances des générations de transition*; *Les nouvelles sciences sociales et économiques sont les armes de l'homme d'action dans le monde moderne*; *Le problème de l'information dans le monde moderne*; *Machinisme et individualité*; *Le progrès technique générateur d'automatisme et de conformisme*; *Le progrès technique générateur d'autonomie, d'indépendance et d'individualité*¹⁷.

A tónica posta no termo civilização permite-nos deduzir que Fourastié previu uma nova *Era* ou *Época*, uma nova longa duração (um novo ciclo longo), que arranca ou começa com uma conjuntura transitória pós-industrializada que conduz inevitavelmente ao predomínio de uma economia de serviços apoiada em máquinas diferentes, mais "inteligentes", processadoras de informação. Merece, aliás, especial destaque, aqui, a importância por ele conferida ao problema da informação no mundo actual (entre os anos quarenta e sessenta):

Le problème central du monde moderne pour l'homme d'action, c'est donc celui de l'information et de la prévision, et spécialement de l'information du progrès scientifique, de l'information de la science qui se fait, des progrès qu'accomplissent dans leurs laboratoires ou dans leurs cabinets les "savants" ou les ingénieurs, ou les chercheurs en général, qu'ils soient professeurs à la Sorbonne, simples artisans, ou simples contremaîtres, derrière leur machine ou derrière leur comptoir. C'est un caractère essentiel du monde actuel que ce besoin d'information et cette difficulté d'information. L'homme rencontre les problèmes de l'information comme jamais l'humanité ne les a rencontrés. (...)

Le monde est tellement complexe et les inter connexions entre les faits sont si nombreuses que, pour agir correctement, il faut être informé d'une foule de faits, dans leur réalité mouvante; ceci a donné naissance à une science nouvelle: *la science de la documentation*, dont on peut dire que la plupart des rudiments sont inconnus en France, sauf de quelques spécialistes; qu'elle doit devenir cependant la base de notre enseignement et spécialement de notre enseignement professionnel; savoir s'informer, savoir être au courant des faits qui conditionnent l'action, voilà l'une des tâches les plus difficiles et les plus essentielles de l'homme moderne. (...)

Il existe à l'heure actuelle, pour informer l'homme d'action des problèmes qui sont les siens, il existe, pour aider les hommes à jouer le dur jeu de l'action, une série de cartes qui n'existaient pas il y a quinze ans: des sciences sociales qui sont nées depuis quinze ans, que presque personne n'a encore apprises à l'école, mais qui existent néanmoins et qui sont utiles et solides¹⁸.

A assunção do valor e da importância estratégica da informação, em especial a científica e técnica, não foi, como se constata, omitida por Fourastié no seu ensaio prospectivo. Deu, aliás, especial relevo à Ciência da Documentação, nascida na vizinha Bélgica de Paul Otlet¹⁹ e de Henri Lafontaine, fundadores em 1895, na cidade de Bruxelas, do Instituto Internacional de Bibliografia²⁰, e disseminada, em crescendo, a partir do período de entre guerras. É interessante notar que os fundamentos históricos e práticos da concepção documentalista para o progresso e para a paz desses advogados belgas radicam na chamada segunda vaga de industrialização, coincidente com o imperialismo britânico

(1870-1918), e ponto alto e crítico da Modernidade. Fourastié justifica a importância dessa pretensa “nova ciência”²¹, ainda pouco vulgarizada, segundo ele, na França do imediato pós-guerra:

Le monde est tellement complexe et les interconnexions entre les faits sont si nombreuses que, pour agir correctement, il faut être informé d'une foule de faits, dans leur réalité mouvante; ceci a donné naissance à une science nouvelle: *la science de la documentation*, dont on peut dire que la plupart des rudiments sont inconnus en France, sauf de quelques spécialistes; qu'elle doit devenir cependant la base de notre enseignement et spécialement de notre enseignement professionnel; savoir s'informer, savoir être au courant des faits qui conditionnent l'action, voilà l'une des tâches les plus difficiles et les plus essentielles de l'homme moderne.

Parmi les facteurs de progrès que je recommanderais volontiers à l'homme d'action dans le monde moderne, je placerais presque sur le même plan deux éléments fondamentaux; *une modification de la mentalité* statique *en mentalité progressiste*, avec prise de conscience de la nécessaire évolution du monde actuel; – et en second lieu l'idée que l'information peut être un *remède à l'instabilité*. Le sentiment d'instabilité vient en effet, du défaut d'information ou, du moins, défaut d'information suffisamment préalable²².

Dez anos após a edição definitiva da obra de Jean Fourastié, saí do prelo o ensaio de, nas palavras do próprio autor, previsão social, intitulado *The Coming of Post-Industrial Society* e subscrito por Daniel Bell²³, um dos nomes associados à expressão Sociedade da Informação²⁴. Obra de grande fôlego, através da qual o autor teceu a caracterização possível de uma conjuntura previsível (ou melhor, deduzida dos indicadores concretos da mutação capitalista em curso nos EUA nos famosos *sixties*) que teria diferentes nuances consoante o quadro social específico onde emergiria. O seu leque temporal estender-se-ia muito para além da década de oitenta do séc. XX, perspectiva que discutiremos adiante, mas parece claro que a sociedade pós-industrial (e não apenas sociedade da informação, na frisada advertência do autor) teria arrancado no pós II Guerra Mundial com um conjunto de traços matriciais: (a) *sector económico*: a mudança de uma economia de produção de bens para uma de serviços; (b) *distribuição ocupacional*: a preeminência da classe profissional e técnica; (c)

principio axial: a centralidade do conhecimento teórico como fonte de inovação e de formulação política para a sociedade; (d) *orientação futura*: o controle da tecnologia e a distribuição tecnológica; (e) *tomada de decisões*: a criação de uma nova "tecnologia intelectual". Como voltou, aliás, a frisar na conclusão, depois de ter vincado a mesma ideia várias vezes, a sociedade pós-industrial correspondia a uma mudança no carácter da estrutura social, ou seja, *numa dimensão, não na configuração total da sociedade*²⁵, virando costas a duas concepções anteriores e antagónicas: a do confronto com a natureza, que constituiu o primeiro grande desafio posto ao ser humano, sujeito a adaptar-se, desde sempre, às vicissitudes da natureza; e o refazer da natureza, estratégia do *homo faber*, consumada no objectivo supremo da revolução industrial que visava colocar uma ordem técnica no lugar da ordem natural, uma concepção técnica da função e da racionalidade em lugar das aleatórias distribuições dos recursos e dos climas²⁶. Uma outra concepção se impõe: *As formas mais antigas da vida grupal inseriam-se no contexto da natureza, e o desejo de dominar a natureza forneceu um objectivo externo para a existência dos homens. A vida grupal que estava presa às coisas deu aos homens uma enorme sensação de poder, à medida que eles foram inventando artificios mecânicos que lhes permitiram transformar o mundo. (...) No ramerrão do trabalho cotidiano, os homens já não se defrontam com a natureza, nem como inimiga nem como benfeitora, e são poucos os que agora lidam com coisas e artefactos. A sociedade pós-industrial é essencialmente um jogo entre pessoas*²⁷. Tópico que parece claramente conter, por antecipação, um dos sentidos possíveis da expressão *Sociedade em Rede*, cara a Manuel Castells²⁸.

Mas antes de rematarmos este item, demasiado longo já, com o sociólogo catalão, fixado, desde 1979, na Universidade da Califórnia, Berkeley, não pode faltar, aqui, à chamada o sociólogo britânico David Lyon, porque, num livro sinóptico de 1992, decidiu enfrentar duas crenças comuns e avassaladoras sobre o impacte social das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), sustentadas pela microelectrónica, pela computação, pela informática e pelas telecomunicações: a crença numa transformação social total; e a que considera essa transformação, em termos genéricos, um movimento desejável no sentido do progresso. Para Lyon há um problema central subjacente a ambas as crenças: *o relacionamento unidireccional inerente à idéia de "impactes sociais da tecnologia", a qual sugere que a tecnologia se situa de certa maneira*

“fora da sociedade”, exercendo efeitos sobre ela. Um ponto de vista alternativo – ilustrado ao longo desta obra –, consiste em defender que o “social” e o “tecnológico” não podem ser separados desta forma. As novas tecnologias são produtos sociais, da mesma forma que a moldagem da sociedade é, em si mesma, um produto tecnológico. Há, pois, uma interacção constante entre “tecnologia” e “sociedade”²⁹. Decorre desta posição, um natural cepticismo sobre a emergência de uma nova sociedade e, muito menos, pode inferir-se de uma nova Era, Época ou Ciclo longo, a menos que, estribados em conceitos operatórios historiográficos – conjuntura e estrutura – que os sociólogos como Lyon, não usam, aceitemos ter já despontado esse novo período longo (possivelmente multissecular) na sequência dos dois grandes conflitos bélicos europeus e mundiais, marcando o fim da Modernidade (ou Época Contemporânea), cintilante nos sécs. XVIII e XIX.

David Lyon, ao contrário de Fourastié e até de Bell, preocupou-se mais em fazer análise sociológica olhando para a conjuntura que o envolvia enquanto sujeito-observador e olhando criticamente para os chamados teóricos da *sociedade da informação*, pintada como nova aurora ideal ao alcance diário do mais comum dos cidadãos de um Mundo globalizado. Lyon não nega, por exemplo, que as TIC vêm contribuindo para o desmoronamento de barreiras entre as categorias clássicas da informação, bastando para tal notar que um mesmo meio electrónico pode transportar a voz, o vídeo, dados técnicos ou financeiros, imagens fotográficas ou textos escritos, polivalência e simultaneidade de funções que abatem velhas distinções, nomeadamente no caso da “edição electrónica” em que os papéis de escritor, de editor e de impressor se fundem num só³⁰. E até alerta para o aspecto de, subjacente às questões relacionadas com a produção de bens de consumo culturais e de representações do homem “à imagem do computador”, ser possível encontrar a vasta noção de “civilização”: *Se o Silicon Valley é efectivamente o novo “Crescente Fértil” apregoados pelos seus admiradores, quais serão as implicações de tal facto para a “civilização ocidental”? São grandes as diferenças de opinião a propósito dos contornos da paisagem cultural da “sociedade da informação”, variando entre as imagens de um mundo pacífico e mais humano e os cenários marcados pela conflitualidade, a despersonalização e a alienação*³¹. No entanto, o perigo de confundir ou extrapolar determinados tipos de efeitos, esquecendo que eles se mesclam com uma multiplicidade de factores que matizam os cenários e

baralham as expectativas, está sempre presente no enfoque deste autor. Não surpreende, por isso, que sob a sugestiva epígrafe *O problema da sociedade da informação*, ele duvide que estivesse a surgir, no início dos anos noventa do séc. XX, *uma qualquer sociedade da informação com as características que lhe são habitualmente atribuídas*, afirmando taxativamente: *O centralismo, os monopólios e as desigualdades do capitalismo não estão em vias de desaparecimento, e os serviços continuam a expandir-se (como sempre) a par e passo com a produção industrial (se bem que parte desta última esteja a deslocar-se para o hemisfério sul)*³². Em vez de um sonho bom e muito desejado, não há como negar a constatação de diversas limitações na política – a democracia participativa e electrónica, permanece de difícil e complexa concretização – ou na cultura – a fruição livre e apoiada por uma ampla oferta de experiências culturais não passa ainda de uma miragem. No fundo, o problema que não podia, nem pode ser escamoteado tem a ver com o determinismo – tanto o tecnológico, como o social. Para Lyon o primeiro é falso: *O desenvolvimento tecnológico não tem efeitos sociais pré-estabelecidos que sejam previsíveis, universais ou, por maioria de razão, justos ou benéficos. Pode demonstrar-se que esse desenvolvimento resulta de uma moldagem social, na qual se incluem certas escolhas deliberadas nos campos político, econômico e cultural. O progresso técnico, embora possa por vezes parecer que obedece a um padrão “auto-sustentado” (para usarmos o termo preferido de Jacques Ellul) não é viável sem o envolvimento reflexivo dos agentes humanos*³³. Assim também o determinismo social tinha de ser exorcizado: *As tecnologias da informação poderão constituir um factor semi-independente da mudança social. Quando, por exemplo, a British Rail informatizou o seu sector de fretes, o novo sistema teve consequências absolutamente imprevisíveis nas estruturas de gestão*³⁴.

A rejeição do determinismo convoca a abertura a futuros alternativos e, desde logo, à assunção de que o *problema da sociedade da informação* é tanto político como analítico. Advertência que é seguida de perto num livro recente de Artur Castro Neves, consagrado especialista em política e economia do audiovisual. Aí ele recorda, na arrancada do primeiro capítulo (*Em torno da sociedade da informação*), a emergência do fenómeno nos EUA, ganhando depois uma dimensão mundial e abarcando, como estamos a assistir, as mais diversas regiões e continentes do planeta, ao ritmo do modelo da convergência, ou seja, do *desenvolvimento de plataformas electrónicas comuns que*

suportam a criação, armazenamento, transmissão, distribuição e exploração de serviços de informação de todo o gênero, desde a própria informação noticiosa, os serviços educativos, as actividades económicas mais diversas, aos serviços de divertimento e bens culturais. Estas plataformas fundamentam-se na possibilidade tecnológica de reduzir a "realidade" a uma versão "digital", ou seja, à sua tradução para uma linguagem binária³⁵. Modelo que está insito à definição que Castro Neves adopta para *Sociedade da Informação*, que associa sistemas económicos onde a actividade produtiva assenta nas tecnologias da informação, e as trocas comerciais em estruturas abertas usando redes de base electrónica: *Esta definição implica duas características muito importantes: o peso do conhecimento, inteligência e informação nos processos de concepção, decisão, programação e marketing, e as grandes pressões concorrenciais, exigindo, primeiro, economias de escala e, seguidamente, mercados de capitais consistentes*³⁶.

Rejeitando, também, o determinismo tecnológico, Manuel Castells empreendeu, graças à posição privilegiada na Universidade de Berkeley, em pleno *Silicon Valley*, desde a década de oitenta, um esforço analítico, apoiado em variadas e valiosas colaborações de vários pontos estratégicos do Mundo, plasmado na trilogia *A Era da Informação* e em *A Galáxia Internet*, sinopse oportuna da *opus magna* ou robusta trilogia (vol. 1 – *A Sociedade em rede*; vol. 2 – *O Poder da identidade*; e vol. 3 – *O Fim do milénio*). Começa, aliás, este seu gigantesco empreendimento (no capítulo 1 do primeiro volume, intitulado *A Revolução da Tecnologia da Informação*) com a linha cronológica de inovações tecnológicas anteriores e, sobretudo, posteriores a 1945 e centradas no binómio computador e rede de comunicação(ões), visível no quadro abaixo. Inovações especialmente orientadas para agir sobre a informação, não apenas informação *para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores*³⁷ – destacada característica do novo paradigma, o paradigma da Tecnologia da Informação³⁸.

DATAS	DESCRIÇÃO DE FACTOS MARCANTES
1945	Vannevar Bush escreve o artigo <i>As we may think</i> em que concebe uma máquina capaz do armazenamento e a transmissão à distância de estudos científicos. Considera-se a primeira definição teórica do que viria a ser mais tarde a Internet.
1946	O primeiro computador da história, o ENIAC, é concluído na Universidade da Pensilvânia, após três anos de trabalho. Ocupava uma área de 92 m ² .
1949	Claude Shannon e Warren Weaver editam em livro a sua <i>The Mathematical theory of communication</i> (Illinois: University of Illinois Press) com um extraordinário impacto não só no desenvolvimento das telecomunicações, como, também, nas concepções sobre informação enquanto redução de incerteza e unidade métrica da variedade, com recepção entusiástica nas Ciências Sociais (e na área profissional da Documentação e Informação), a par da máquina calculadora universal de Alain Turing, da Cibernética ou Ciência do Controlo de Norbert Wiener (1948) e da Teoria Geral dos Sistemas de Ludwig Bertalanffy (1968).
1962	Um investigador, Paul Baran, desenvolveu o projecto de um sistema de comunicação em rede activo em caso de ataque nuclear. Desenvolveu, assim, os conceitos da futura internet, embora a ideia fosse recusada pelo Pentágono.
1969	Criação da ARPANET. Às 10.30 do dia 29 de Outubro, computadores de quatro universidades norte-americanas são interconectados. Em 1971 a ARPANET ligava universidade da costa oeste a entidades da costa leste.
1971	Ray Tomlinson, da ARPANET, envia o primeiro e-mail. O texto (a informação) era <i>testing 1-2-3</i> . O endereço electrónico tal como o conhecemos hoje, incluindo a arroba ou @ permanece desde então.
1972	A ARPANET é apresentada a outros países, além dos EUA, e inicia-se uma rede internacional. A palavra internet é inventada nesta altura, resultando da contracção <i>international networking</i> .
1975	Surge o primeiro computador pessoal – o Altair. Não possuía ainda teclado.
1978	A rainha Isabel II da Grã-Bretanha envia um e-mail.
1980	Um vírus paralisa parcialmente a ARPANET.
1991	A ARPANET cahega ao fim e Tim Berners-Lee lança a <i>world wide web</i> , o protocolo que permitirá a massificação da internet.
1993	Criada a primeira publicação digital, o <i>The Virtual Journal</i> , concebido e editado por um estudante da Universidade do Maine.
1995	Ano da explosão exponencial da <i>www</i> ou <i>world wide web</i> com a aparecimento de provedores ou fornecedores de acesso como a AOL e a CompuServe. Jerry Yang cria o Yahoo. E no site <i>Hotwired.com</i> surge o primeiro banner publicitário.
1996	Guerra dos <i>browsers</i> entre a Netscape e a Microsoft de Bill Gates. A CNN de Ted Turner instala-se na internet.
1998	O <i>e-commerce</i> (comércio electrónico) começa a implementar-se. Larry Page e Sergey Brin criam o Google e um grupo de estudantes da Universidade de Aveiro criam o portal SAPO (Serviço de Apontadores Portugueses), inspirados pelo Yahoo.
2001	O <i>Napster</i> vem para a <i>www</i> , possibilitando a troca de ficheiros, sobretudo musicais, em grande escala, o que originou um mega-processo judicial nos EUA que culmina na obrigação de pagamento de indemnizações à indústria discográfica, apesar de muitos programas <i>peer-to-peer</i> terem seguido esse exemplo.
2002	Os <i>blogs</i> pegam em Portugal. Surgem serviços de internet para telemóveis 3G (UMTS). O Ministério da Cultura francês proíbe o uso da palavra e-mail pelos diversos organismos governamentais, adotando a palavra <i>courriel</i> , num gesto político de extrema (e desesperada) defesa da fancofonia.
2006	A internet ganha mobilidade com as ligações 3G.

O incontornável contributo de Castells, que não pode ser aqui devidamente escalpelizado, ajuda-nos a retomar um tópico atrás aflorado e que já abordamos em trabalho recente.

O título deste item exhibe, aliás, a expressão que envolve a trilogia do sociólogo catalão e sugere uma perspectiva que nos parece indispensável para melhor enquadrarmos as múltiplas achegas produzidas até ao momento sobre o impacto social, económico, político, cultural e mental das TIC no Mundo ocidental e no resto do globo a partir dali. Com efeito, tanto os ensaios prospectivos, como as análises sociológicas confrontam-nos com a necessidade de uma periodização mais fina e não tão ampla ou porosa, englobada, em simultâneo, pelas designações que foram surgindo. Uma periodização mais fina, negligenciada pelos sociólogos, mas muito cara aos historiadores, convoca as noções operatórias de conjuntura e de estrutura ou longa duração³⁹. E se considerarmos válida, embora a questão seja por demais complexa, a idéia de que a Modernidade entrou em crise letal na primeira metade do séc. XX, sucedendo-lhe um novo ciclo estrutural, convém, sem dúvida, perceber, com algum detalhe, a sua gestação dentro do processo histórico da segunda metade de novecentos. À Modernidade sucede, tendo em conta o debate surgido nos anos sessenta e setenta nos meios artísticos e literários ocidentais em torno do pós-modernismo, a Pós-Modernidade, noção cada vez mais extensiva, atingindo um sentido filosófico com o ensaio de Jean François Lyotard *La condition post-moderne*, e adaptável ao devir histórico concreto no fim do milénio, como salienta Michel Fragonard: *Dans une autre perspective, on a associé aussi le post-modernisme à l'entrée définitive dans l'ère post-industrielle (il y a peut-être plus qu'une coincidence de termes) ou la consommation se porte de plus en plus, au moins dans les pays développés, vers des biens dont le valeur d'usage tend à s'effacer derrière le symbole – le signe social*⁴⁰. Associar a Pós-Modernidade à sociedade pós-industrial de Daniel Bell ou à *Civilização do Terciário* de Jean Fourastié significa, também, estabelecer outras possíveis equivalências, nomeadamente com *Sociedade da Informação*, *Sociedade do Conhecimento*, *Sociedade em Rede* e, enfim, a *Era da Informação*, globalmente analisada por Castells. No entanto, é precisamente o torrencial contributo de Castells que nos inspira uma perspectiva mais sistemática e escalonada conjuntamente.

A hecatombe dos conflitos mundiais dos dois primeiros quartéis de novecentos, paradoxalmente regeneradora e propulsora de novo e extraordinário progresso económico, social, cultural e tecnológico, consumou uma alteração estrutural, germinada várias décadas antes, em diversos planos (do político ao mental e artístico, passando pelo social e o económico) na Europa e no Novo Mundo, que implicou a emergência de um ciclo novo, continuador e oposto à Modernidade, que se estenderá possivelmente por mais de um século e para o qual a epígrafe *Era da Informação* não nos parece nada desajustada pelos múltiplos argumentos aduzidos por Castells e por outros autores, desde que tenhamos em conta uma aplicação centrada sobretudo no que poderemos chamar de Mundo ocidental (Europa atlântico-continental e Américas, do Norte e, por força do imperialismo americano, do Sul).

Ousamos, pois, afirmar que a *Era da Informação*, em que estamos, arrancou com a conjuntura pós-industrial, na qual cabem muitos dos elementos constitutivos expostos por Fourastié e Bell, como ainda importa acrescentar a bipolaridade e o regime de “guerra fria” que implodiu com o fim da URSS, a queda do “muro de Berlim”, a reunificação alemã e a dissolução do Pacto de Varsóvia, bem como do comunismo nos países da Europa de Leste. De 1989 em diante podemos postular, em termos genéricos, salvaguardando especificidades conjunturais para cada país e região, que uma nova conjuntura se forma marcada por uma potência hegemônica – os Estados Unidos da América – convertida em “polícia do Mundo”, pela emergência de ameaças ou riscos difíceis de combater e superar, como os acidentes nucleares (Chernobyl em 1986), a poluição do planeta (o “buraco de ozono”, a desmatação da Amazônia, o aquecimento global dramaticamente exposto no livro *Uma Verdade Inconveniente* e no correlativo documentário de Al Gore, etc.) e o terrorismo (que tem no atentado de 11 de Setembro de 2001 o alerta máximo para a sua existência e efeito reprodutivo), pela globalização econômica e pela disseminação do dispositivo tecnológico – as TIC –, bem como do seu uso massificado e transversal a um número sempre crescente de sectores e de actividades. Alguns traços fortes de uma conjuntura em curso, a partir do “epicentro” Europa ocidental, América do Norte e Oceania, para a qual nos parece ajustada a designação globalização ou sociedade em rede, colhida em Castells⁴¹.

A ênfase posta na emergência de redes, sustentadas tecnologicamente, e envolvendo múltiplos aspectos da interação social encontra na metáfora *galáxia Internet* uma réplica bastante óbvia da que ficou celebrizada por Marshall McLuhan a *galáxia Gutenberg*. Tal como esta, resultou aquela da invenção e da expansão de um recurso tecnológico, que Castells não hesita, também, em comparar com a rede eléctrica e o motor eléctrico⁴², mais e mais implicado na actividade intelectual, cultural, política e sócio-económica dos seres humanos. E parece-nos bastante verosímil estarmos conjunturalmente a viver a culminância extensiva, em nível planetário, do uso e da habituação quotidiana a um poderoso recurso técnico, novo na forma e na comunicação massiva potenciada, mas também continuador do legado tecnológico que remonta, pelo menos, ao telégrafo e sucedâneos até à televisão. Um recurso já indelével na tessitura estrutural da nova época em marcha, mas, na actual conjuntura, ele "cintila" através da força eufórica da rede e da globalização, com sombras e incertezas várias num futuro que é já aqui e agora... Há, até, quem, num registo também sociológico, fale em *sociedade de risco*, referindo-se ao tempo que estamos a viver e a sentir a cada dia⁴³... Daí, a afirmação e o alerta de Castells que merece relevo e reflexão:

A Galáxia Internet é um novo ambiente de comunicação. Porque a comunicação constitui a essência da actividade humana, todas as áreas da actividade humana estão a ser modificadas pela penetrabilidade dos usos da Internet, como expus neste livro. Uma nova estrutura social, a sociedade em rede, está a estabelecer-se em todo o planeta, em formas diversas e com conseqüências bastante diferentes para a vida das pessoas, segundo a sua história, cultura e instituições. Tal como aconteceu com outras mudanças estruturais anteriores, esta transformação oferece tantas oportunidades como levanta desafios. A sua evolução futura é bastante incerta e está submetida às dinâmicas contraditórias que opõem o nosso lado obscuro às nossas fontes de esperança. Ou seja, à perene oposição entre, por um lado, as renovadas tentativas de dominação e exploração e, por outro, a defesa por parte das pessoas do seu direito a viver e procurar o sentido de vida⁴⁴.

3

A Ciência da Informação na
alvorada do novo milénio: a nossa proposta

Teve de ser abreviada, apesar de extensa, a caracterização do enquadramento histórico e sociológico à mudança de paradigma que insistimos estar a acontecer na área da documentação e informação, à qual os Arquivos e Bibliotecas se acham objectivamente amarrados.

Será que conseguimos compreender plenamente a interferência directa do contributo e da obra de Otlet e Lafontaine na metamorfose da bibliologia oitocentista em documentação (consagrada cientificamente no *Traité de la Documentation*⁴⁵)? Será que sabemos relacionar esta inovação documentalista com o impacto da tratadística que, a partir sobretudo de 1898, com o *Manual* de três arquivistas holandeses, surgiu na Europa, aproximando a Arquivística das práticas de produção e de organização documental nas Administrações em exercício (ou correntes), procurando retirar a disciplina da tutela originária da História e deslocando-a para a intimidade com o Direito, as Ciências Político-Administrativas? e Será que faz sentido associar de forma causal a segunda vaga de industrialização à “urgência” da *science de la documentation*, enaltecida por Fourastié, ou a terceira vaga pós-industrial à *Information science* norte-americana de finais de cinquenta? Será que a repetição causal assinalada evidencia a raiz capitalista das modernas práticas da gestão documental e da informação?

Estas questões sugerem já, em qualquer tentativa de resposta, um plano ambicioso de pesquisas, que não cabe aqui, sequer, esboçar. Mas vale a pena frisar que no rescaldo da crise de entre Guerras ficou por demais evidente a fragmentação da profissionalização da área, na medida em que a par dos bibliotecários das Bibliotecas eruditas as necessidades do progresso técnico e sócio-económico impulsionaram a multiplicação de documentalistas em sectores estratégicos da investigação científica e da inovação industrial, como a par dos arquivistas dos Arquivos Nacionais e departamentais vocacionados para a preservação da memória documental e histórica as mesmas necessidades provocaram a expansão dos *records managers* (arquivistas correntes e gestores documentais), exibindo seus pretensos créditos de autonomização técnica.

Com o advento da *Era da Informação* prolongou-se a fragmentação profissional repartida pelos equipamentos ou instituições culturais clássicas (Arquivos e Bibliotecas, convertidos em *constructos* modernos na sequência da Revolução Francesa) e por um número crescente e influente de outros organismos e dispositivos funcionais (os Centros Documentais e os Serviços de Informação) activados por um pessoal tecnicamente preparado a catalogar, a indexar, a resumir e a difundir selectiva e sistematicamente documentos e conteúdos de acrescido valor económico para quem deles precisa. Frisar a ideia de fragmentação e a de actividade profissional gerada por uma prática empírica ou de estrito senso comum (não científica) e multissecular, formalizada na Modernidade no seio das instituições culturais em foco – Arquivo e Biblioteca –, inscreve-se no propósito de mostrar, aqui, como o paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista (atrás exposto nas suas características essenciais) sobrevive e resiste, com aspecto de dominante, mesmo que a dinâmica das conjunturas da nova Era – a pós-industrial e a da rede ou da globalização – tenha já gerado condições concretas subjacentes à emergência de um novo paradigma claramente pós-custodial, informacional e científico, cuja postulação teórica continua, porém, confinada ao reduzido grupo a que pertencemos⁴⁶. Paradigma com os seguintes traços constitutivos:

- valorização da informação enquanto fenómeno/processo humano e social, sendo a materialização num suporte um epifenómeno (ou derivado informacional);
- constatação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao “imobilismo” documental, traduzindo-se aquele no trinómio criação-selecção natural-acesso/uso e o segundo na antinomia efémero-permanente;
- prioridade máxima concedida ao acesso à informação por todos, mediante condições específicas e totalmente definidas e transparentes, pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação;
- imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação;

- alteração do actual quadro teórico-funcional da actividade disciplinar e profissional por uma postura diferente sintonizada com o universo dinâmico das Ciências Sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural⁴⁷, com óbvias implicações nos modelos formativos dos futuros profissionais da informação; e
- substituição da lógica instrumental, patente nas expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação”, pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão, isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade organizacional e, assim sendo, as práticas informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e actores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o cientista da informação, em vez de estabelecer ou impor regras operativas, compreender o sentido de tais práticas e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou)prospectivas mais adequadas.

Sendo o documento informação registada num qualquer suporte⁴⁸, a sua condição de *coisa*, de objecto físico remete, naturalmente, para uma fenomenalidade material (consubstanciada no papel, na pedra, na película de um negativo fotográfico, num cd, etc.), mas também remete para uma fenomenalidade humana e social consubstanciada nos signos representativos de ideias, factos e emoções, produzidos e descodificados por seres humanos em toda a parte habitada do planeta. Esses signos veiculadores de representações mentais e emocionais, pessoais e colectivas, vêm cabendo dentro de conceitos como o de linguagem, de cultura, de pensamento ou de conhecimento, podendo e devendo caber, segundo a nossa perspectiva, no conceito operatório de informação: *conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interacção social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada*⁴⁹. Temos, assim, configurado o potencial e efectivo objecto de uma ciência específica, a Ciência da Informação, assumida como *uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à génese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação,*

interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação)⁵⁰. Uma ciência dotada, também, de um método procedente das ciências humanas e sociais e decantado através do amadurecimento construtivista e da aposta plena em investigação qualitativa – o método quadripolar⁵¹.

O objecto da C.I. é construído mediante uma panóplia de problemas, de temas e de casos que radicam, de uma forma ou de outra, no fenómeno info-comunicacional – expressão certamente mais rigorosa do que as simplificações usadas como a de *fenómeno informação* ou de *fenómeno comunicação*, como se um destes termos/conceitos pudesse absorver o outro!... O fenómeno info-comunicacional corresponde à capacidade, insita à condição humana, de “dar forma” a ideias, sentimentos, ocorrências, através de códigos diversos, e de interagir de modo directo ou mediatizado (daí a importância dos media e dos mecanismos de mediação convencionais, analógicos e electrónicos/digitais) com outro(s) ser(es) humano(s), a fim de que estes captem e assimilem a mensagem/o sentido – a informação – produzida e emitida. Há, pois, uma dualidade ontológica no documento e em todas as coisas ou artefactos concebidos/modelados pela mente humana (mentefacto)⁵².

Estes, entre outros, são os fundamentos de uma epistemologia “local” ou específica que aparece delineada na obra *Das “ciências” documentais à ciência da informação*⁵³, base legitimadora do plano de estudos da Licenciatura em Ciência da Informação, iniciada no ano lectivo de 2001/2002, como projecto conjunto da Faculdade de Letras e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto⁵⁴. Um plano concebido para verter todo o exercício epistemológico, já feito e a fazer-se, em nível formativo teórico-prático, ou seja, indutor de um paradigma pós-custodial, científico e informacional no que toca à matriz teórico-científica dos formandos, e de uma elasticidade profissional que permita superar corporativismos estreitos (desde logo a irracional separação, mantida ainda em nossos dias, por razões estritamente corporativas, entre bibliotecários, documentalistas e arquivistas), promovendo, ao contrário, a mobilidade dentro do amplo sector que tem no ciclo completo da info-comunicação (da colecta ao uso, quer em suportes tradicionais quer no domínio electrónico) a sua coluna vertebral.

O binómio Informação e Comunicação tem merecido particular atenção⁵⁵ na medida em que é óbvio considerá-lo crucial na emergente *Era da Informação*

e suas conjunturas, como acima ficou explanado. E precisa ser abordado pelo prisma epistemológico para, por um lado, permitir-nos desmontar a equivocada premissa, bastante na moda, de que a C.I. é uma interdisciplina, contrapondo a esta artificiosa legitimação académica da disciplina o imperativo da identidade mínima que conduz à reconstrução da C.I. mediante um processo interno vincadamente transdisciplinar e, por outro, buscar os contornos precisos de uma interdisciplinaridade imediata e estratégica que, salvo melhores análises, privilegia, como se disse atrás, as Ciências da Comunicação e os Sistemas da Informação, configurando-se aquelas como interdisciplina e estes como interciência(s).

Esta convergência para um espaço disciplinar comum, salvaguardadas as diferenças de identidade própria, não constitui uma inovação, embora seja rara, porquanto é possível ver na criação e no trabalho desenvolvido pela SFSIC-*Société Française des Sciences de l'Information et de la Communication*, desde 1974, um programa de reflexão e de pesquisa próximo, em alguns aspectos e diverso noutros⁵⁶. Esse programa foi, aliás, modelarmente fixado por Bernard Miège⁵⁷.

A admitir-se como operatório o conceito de interdisciplina ele se aplica, em nossa opinião, com utilidade ao espaço de estreitas relações disciplinares que em torno do processo info-comunicacional, seus problemas, temas e casos múltiplos, junta a Sociologia, a Semiótica, a Psicologia Cognitiva e a Informática (com os seus ramos Inteligência Artificial e Multimédia), bem como e necessariamente a Ciência da Informação. Foi esta, aliás, a proposta deduzida da análise feita sobre o tópico em foco:

A proposta de Miège, publicada em 1995, continua, quase onze anos depois, a fazer sentido e a dar sentido ao campo das Ciências da Comunicação com a C.I., operando aí de forma aberta e intensa. Não custa, aliás, identificar, no programa proposto, os pontos mais fortes que correspondem ao objecto (re)formulado pela C.I. e consignado na definição programática de Borko, a saber: a articulação entre os meios tecnológicos de comunicação/interacção e a produção de sentido (mensagens, conteúdos...); a actividade dos utilizadores/consumidores e sua interferência/modelagem dos dispositivos tecnológicos de interacção/

/comunicação; e o contexto de produção da informação (escrita, icónica, musical, gráfica, geométrica, etc.). Através deles, e de outros pontos mais específicos, a C.I. pode e deve desenvolver e consolidar um contributo positivo e imprescindível ao desiderato de Miège: *É, portanto, em torno dessas importantes orientações que as ciências da informação e da comunicação terão de se organizar – e, talvez, de se reunir – no futuro imediato*⁵⁸.

Perpassa das palavras finais deste excerto uma aspiração transdisciplinar e unificadora do campo disciplinar da Informação e Comunicação impossível de prever com rigor, mas na qual é, para nós, já imprescindível a presença do estudo e da prática arquivísticas com seus temas e problemas específicos, antigos, recorrentes, novos ou a porvir...

4

A preservação da memória orgânica para o pleno acesso à informação

Último item, último fôlego da trajectória discursiva que nos impusemos com uma questão em mente, tornada ainda mais prioritária pela Era em que estamos: o acesso à informação.

Um acesso – sublinhe-se – a todo o tipo de informação, independentemente dos produtores ou entidades geradoras, dos contextos de produção e uso, dos códigos (da palavra ao *braille*, passando pela notação musical, pelo código geométrico, figurativo, cromático, gestual, mecânico e digital), dos formatos de conteúdo, da modalidade de difusão (interna/sigilosa, restrita ou massiva através do impresso ou do ciberespaço) e dos suportes técnicos ou tecnológicos. Todo e qualquer tipo de informação produzida e guardada, por pouco ou muito tempo. Daí que aceder à informação implica “arquivamento”, enquanto acto de memória, mnemónico ou, mais exacto ainda, mnemotécnico, num tempo, o actual, em que a recordação obsessiva e extensiva, através da tecnologia (mais precisamente, das TIC), repele o esquecimento, mas este impõe-se

trazido pelo império avassalador do efêmero, que prescinde hereticamente da memória, descartando-a num vertiginoso e ininterrupto *consumismo de signos, símbolos, imagens (fixas e dinâmicas), impressões vivas e faiscantes, em suma, de muita e variada informação*. Temos, aqui, na opinião tecida, com sofisticação intelectual, por Fausto Colombo, um paradoxo sobre o qual ele se deteve num livrinho de referência – os *Arquivos imperfeitos*. Um paradoxo encadeado noutros que não lhe escaparam como o que coloca em tensão conflitiva memória e identidade:

Os grandes sistemas sociais de memória – aos quais é confiada a lembrança global – são utilizados sim pelo indivíduo, mas não para reconhecer a própria subjectividade. Esta tarefa é confiada prevalentemente ao processo privado de gravação, que imita o processo social, rejeitando, porém, as informações e relações que este último implica. O paradoxo das insistências atuais que consideram o usuário o centro de um sistema de redes informativas, televisivas, informáticas e telemáticas é o de não haver percebido que ele não tende a interpretar a si mesmo como tal, e sim como acumulador dileitante e arquivista, para quem a importância das informações que é capaz de reunir não consiste na informatividade em relação ao mundo, mas na possibilidade de fruir da atividade de armazenamento social, criando um armazém-álbum das recordações próprio e autónomo, externo, amiúde inútil, e todavia tranquilizador e negador do esquecimento⁵⁹.

A apropriação por Fausto Colombo dos termos arquivo e arquivamento em articulação com o antinómio memória-esquecimento não coincide (sem se opor...) com a ênfase instrumental e fortemente identitária proposta, em C.I., para a *memória orgânica e organicidade*⁶⁰, absorvendo positivamente o específico legado arquivístico. Colombo segue por caminhos que o aproximam de Jacques Derrida e se outras razões não houvessem, essa justificaria, por si só, a sua presença aqui neste item final. A propósito do *Eu-Arquivo* com que encerra os seus *Arquivos imperfeitos* conclui:

Em suma, o indivíduo parece hoje estar disponível (na condição de filho natural de um saber e de uma cultura realmente “arquivísticos”) à reconstituição de um *puzzle* de identidade, estruturado mediante o acúmulo

de signos que testemunham um passado pessoal talvez subjetivamente esquecido, e não obstante presente nos fatos registrados, nos signos materializados. Nesse sentido a identidade da sociedade arquivística parece compor-se de uma nova síntese, na qual o individual e irrepitível manifesta-se como uma junção de signos e testemunhos. De um ponto de vista geral, essa tensão (que definimos como "pós-contemporânea") dirigida à auto-definição parece configurar-se quase como uma *saudade* da identidade originária, socialmente difratada e perdida: seu aspecto positivo é constituído, portanto, pela percepção de uma falta, ou de uma perda. Saudade da identidade significa consciência da ausência de um originário que foi perdido, ou esquecido; e nesse processo, a pulsão do novo sujeito para constituir-se como tal certamente supera a percepção da dispersão de um dado irrenunciável, própria das estratégias de suspeita. Todavia, essa saudade busca a identidade pelos caminhos do puro acúmulo e da mera aproximação de fragmentos, isto é, naquela mesma linha que teorizou a perda do sujeito nos meandros das estruturas. A identidade pós-contemporânea é então o mito da recuperação do originário através dos mesmos caminhos que levaram ao seu esquecimento⁶¹.

Essa identidade "pós-contemporânea" (leia-se, também, pós-moderna) aviva o retorno às origens ou a recuperação de um originário, que Derrida "escavou" a partir das raízes etimológicas de *archê*, e convive, paradoxalmente, com os *constructos* (político)institucionais (estruturas inventadas pela/com a Modernidade) da memória social externa ou de signos materializados instaurados oficialmente a partir da Revolução francesa – os Arquivos, as Bibliotecas e os Museus – destinados a servirem de lugares concentradores de uma memória fragmentada e passível de perder-se irremediavelmente...

A palavra arquivo é – está visto! – polissêmica e preferimos, por isso, cingi-la a um sentido apenas: ao de instituição custodial e patrimonial ou cultural (de acordo com a lógica subjacente ao Estado cultural europeu, impulsionado a partir da década de trinta de noventa), representada, em Portugal, por uma gama específica que vai da vetusta Torre do Tombo (convertida no tempo de Alexandre Herculano em Arquivo Nacional à francesa...) ao Arquivo Municipal Histórico. Podemos ainda empregar, e fazemo-lo neste artigo, como já o temos feito em outras intervenções, a expressão Arquivo Público, adjectivação partilhada com as Bibliotecas da rede de leitura pública.

O que se foi passando e passa hoje nos Arquivos Públicos, em nível nacional e internacional, no que respeita à incorporação regular e/ou acidental de documentos, tipos documentais e informacionais recebidos, modelos de organização e criação de metainformação, impacto directo do uso das TIC e do recurso da internet nas estratégias de interface com potenciais utilizadores situados nos mais diversos pontos do planeta, etc., tem de ser objecto de estudo da C.I. (dentro da qual opera transdisciplinarmente o legado teórico-prático da Arquivística). E um modo de explicitar a orientação científica que propomos e defendemos é convocar o processo histórico em marcha desde meados do séc. XX – a *Era da Informação* –, com as suas referidas conjunturas, e tomá-lo como quadro condicionador do funcionamento global do Arquivo Público. Temos, assim, um conjunto de aspectos que configuram vários tópicos de pesquisa com vista a intervenções práticas e a monitoramentos continuados a par da previsível mutação conjuntural a médio e longo prazos.

Esse conjunto de aspectos pode ser delineado, pelo menos, nestes pontos:

- 1.º Acentuação da coexistência e a tensão entre o paradigma custodial, patrimonialista, historicista e normativista e o paradigma pós-custodial, informacional e científico – patente cada vez mais nos modelos de formação graduada e pós-graduada.
- 2.º Valorização crescente do *conteúdo* sobre o *continente*, ou seja, da Informação sobre o Documento, objecto físico patrimonializado (materialização de signos, como diria Fausto Colombo), patente através da tendência inevitável para programas de digitalização que possibilitam a consulta dos acervos documentais, ou seja, da informação pela internet.
- 3.º A falta de recursos não pode continuar a ser desculpa para adiar planos de digitalização faseados e ousados que incluam, inevitavelmente, um acesso gratuito (com custos financiados pelo Estado) ou pago pelos utilizadores, porquanto o acesso pleno significa a possibilidade de aceder à Informação se possível toda, sem entraves “bizarros”.
- 4.º Concorrência inesperada com outras entidades capazes de deterem reproduções digitais de documentos dos Arquivos e de as divulgarem mais livremente pela net (ex. Entidades dedicadas à genealogia, Museus virtuais, etc.).

- 5.º A maior intangibilidade da informação digital perturba a eficácia da perspectiva normativista (regulação de práticas e de estratégias através de leis, de ISO's ou/e manuais de gestão documental), naturalmente dominante, e obriga que instituições como os Arquivos Públicos se abram aos resultados da investigação científica mono e interdisciplinar que se impõe cada vez mais (p. ex. estudos de comportamento informacional).
- 6.º Impossibilidade de manter os Arquivos Públicos afastados da dinâmica de gestão da informação, que, de uma forma sistémica, irá sendo implementada nas mais diversas entidades ou organizações e ao sê-lo anula segmentações perniciosas como a da tripartição em documentação "corrente", "intermédia" e "histórica", bem como obriga a agregar e a relacionar diferentes tipos de informação (da administrativa à pictórica ou musical).
- 7.º A preservação integral dos atributos diplomáticos associados ao documento (informação + suporte, desde o pergaminho ao electrónico), como são a integridade, autenticidade, etc., deve sempre significar a preservação da memória orgânica⁶² da entidade produtora/receptora de informação.
- 8.º Os Arquivos Digitais de que se fala são, em rigor, conjuntos de informação digitalizada disponível em sites e portais semeados na "constelação" ciberespacial ou no "espaço de fluxos" (Castells) e não necessariamente serviços institucionalizados como os actuais Arquivos Públicos, o que configura novas modalidades orgânicas neste ramo ou variante do sector cultural (Estado Cultural).
- 9.º Cresce, porém, o risco da aposta no "combinado" perigoso ou anacrónico do velho paradigma custodial com o pós-custodial e informacional, suportado pelas TIC, traduzido num Arquivo Digital institucional (uma Torre do Tombo para "documentos electrónicos") *dotado de orçamento e de recursos tecnológicos e humanos próprios com a vocação de custodiar e de disponibilizar o acesso on line aos conteúdos digitais [e digitalizados] na íntegra*⁶³.

Mas se prestarmos, agora, atenção à administração política e técnica das comunidades, ressaltando os Municípios como pólos maiores de grande dinamismo e crescente complexidade, o que encontramos, no respeitante à documentação e informação, é um lastro de empirismo inconsequente determinado pelo velho paradigma e soluções "práticas" que as pessoas e as necessidades circunstanciais desenharam. Significa isto haver Municípios onde há o Arquivo

Histórico-Municipal (inserto na categoria de Arquivo Público) e, separadamente, o Arquivo Geral ou Central (receptáculo dos núcleos documentais formados nos diversos sectores, departamentos ou serviços orgânicos da instituição onde se produz/recebe informação). Em paralelo a hibridez dos paradigmas, teórica e praticamente possível, explica situações bicéfalas (Arquivo Público e Serviço de Arquivo alimentado e usado pelos agentes da Autarquia) modernizadas, ou seja, já acentuadamente embebidas nas TIC. E há, em crescendo, Arquivos Municipais inspirados numa concepção integrada de que o caso de Vila do Conde se tornou modelar, um excelente *study case*, premiado até por contribuir para um processo global de modernização administrativa⁶⁴.

O terceiro grupo, com destaque para o caso referido, assenta na aplicação da teoria sistémica à gestão (em sentido extenso) da informação municipal de todo o tipo e em qualquer suporte (papel, electrónico...), embora a aplicação prática da teoria apresente variações diferenciadas⁶⁵. A mais comum tende a confundir Sistema com Serviço organizacional que gere o fluxo, organização, armazenamento e acesso da informação corporativa, entendida esta de modo menos total ou abrangente. Outra concepção, que perfilhamos e acompanhamos através dos ensaios-piloto que vão surgindo, não mistura a necessidade de criar dentro da Organização uma unidade orgânica com a designação de Serviço de Arquivo ou equivalente ou de ajustar uma unidade já existente a essas funções de gestão total (do impresso ao digital que entra e sai da entidade). Dentro desta concepção valorizamos a totalidade dos diferentes tipos informacionais e documentais (seja o suporte em papel, seja o complexo tecnológico do digital) produzidos/recebidos/usados ao longo do tempo e sob o efeito de sucessivas lógicas de gestão organizacional como SISTEMA DE INFORMAÇÃO espalhado, como acontece com o "sistema nervoso" no corpo humano, por toda a Organização, envolvendo agentes em todos os pontos/sectores da mesma e implicando uma *task force* de coordenação que tanto pode ficar sob alçada de uma Direcção de Serviço de Arquivo dentro do organograma institucional, como pode situar-se mais próximo do vértice decisor, importando, em qualquer dos casos, que lhe seja garantida a capacidade de supervisão e intervenção totais. O Modelo designado SIAP – *Sistema de Informação Activa e Permanente*⁶⁶ e formulado para o universo municipal como SIMAP – *Sistema de Informação Municipal Activa e Permanente* consubstância tal concepção em desenvolvimento⁶⁷.

O SIAP inscreve-se claramente no novo paradigma pós-custodial, informacional e científico e instaura-se como resposta ao desafio de um futuro que é já o nosso presente: preservar a memória da Organização, para si própria e para outrem, a par de uma aposta decisiva na plenitude e eficiência máxima de acesso, sinónimo claro de transparência e eficácia. Custodiar tende inevitavelmente a ser cada vez menos um fim em si mesmo. Pelo contrário, o acesso à informação, seja recente ou antiga, através de dispositivos meta-informacionais dinâmicos e actualizados, o acesso em pleno e intensivo, tende a instaurar-se como a essência arquivística da *Era* onde já estamos.

No entanto e em jeito conclusivo, é conveniente considerar os dois planos concretos em que a potenciação fácil, aberta e rápida do acesso se coloca: no Arquivo Público ela é uma exigência da sua finalidade, consagrada no móbil político que, em finais de setecentos, consagrou a sua génese, embora vários problemas se ponham ainda e se continuarão a pôr, durante a sobreposição dos paradigmas em confronto, nomeadamente a gratuitidade ou não dos *downloads* de informação digitalizada na íntegra – um facto em expansão por influência directa da generalização das TIC; e no interior das Organizações públicas e privadas, em que o acesso livre ou regulado para uma eficiência máxima na actividade é inerente à acção dos agentes que operam organicamente no interior da entidade em que o acesso bloqueado pelo segredo e por uma certa opacidade atávica ou estratégica para o produtor só é possível para o exterior com o decorrer do tempo e da sua gestão pela Organização. Esta abertura pode, inclusive, converter-se numa garantia em benefício de todos os interessados, de hoje e de amanhã, se e quando as entidades produtoras/receptoras de informação decidirem, por razões económicas e físicas (gestão de espaço), convocar o concurso do Arquivo Público como depositário da sua memória orgânica.

Notas

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada e incluída nas actas em cd-rom das Jornadas de Trabalho *A Gestão da Informação na Era Digital*, organizadas pela Câmara Municipal da Trofa – Arquivo Municipal e realizadas no Salão Nobre da Junta de Freguesia de S. Martinho de Bougado, nos dias 19 e 20 de Abril de 2007.

² DERRIDA, Jacques – *Mal d'archive: une impression freudienne*. Paris: Éditions Gallilée, 1995. ISBN 2-7186-0454-9, p. 13-14.

³ Atente-se nesta súpula assaz oportuna: *A escrita, solução dos problemas de uma economia e de uma sociedade que já conheciam a agricultura e as cidades, desenvolveu-se sempre em relação estreita com o poder, fosse este sacro ou profano, eclesiástico ou estatal, tornando possível o advento de uma administração e de uma burocracia. Também permitiu uma maior extensão da memória colectiva. uma mutação do carácter da religião e do ensino, mas também o aparecimento da literatura, da história, da filosofia e da ciência, afastando-se assim das próprias origens, ligadas, pelo contrário, a uma mitologia exclusivamente oral. Foi, finalmente, a escrita que tornou possível o aparecimento de um grupo especializado na produção, difusão e conservação dos textos: os intelectuais, clérigos ou laicos* (Cf. BARTHES, Roland; MAURIÈS, Patrick – *Escrita*. In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 11: *oral/escrito; argumentação*, op. cit., 1987, p. 172).

⁴ Este processo foi enfatizado e explorado, de forma inovadora e influente, por McLUAN, Marshall – *A Galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977 (1.ª ed. 1962), p. 40-87.

⁵ SILVA, Armando Malheiro et al. – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998. ISBN 972-36-0483-3, p. 46.

⁶ *Ibidem*, p. 54.

⁷ *Ibidem*, p. 59.

⁸ Ver SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivo, direito e poder: para uma desconstrução construtiva*. In *Archivum et Jus: ciclo de conferências: 2004, Outubro – 2005, Abril: actas*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 2006. ISBN 972-594-103-9, p. 70-73.

⁹ Ver Silva, Armando Malheiro – *Arquivo, direito e poder*, in ob. cit., p. 66-69.

¹⁰ SILVA, Armando Malheiro et al. – *Arquivística*, ob. cit., p. 136.

¹¹ Ver CACALY, Serge – OTLET, Paul, 1868-1944. In *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation. Directeur du comité de rédaction Serge Cocaly. Comité de rédaction Yves Le Coadic, Michel Melot, Paul-Dominique Pomart, Éric Sutter*. Paris: Éditions Nathan, 1997. ISBN 2-09-190528-3, p. 446-447.

¹² CASTELLS, Manuel – *A Era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1 – A sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 972-31-0984-0; vol. 2 – *O poder da identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 972-31-1008-3; vol. 3 – *O fim do milénio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 972-31-1055-5.

¹³ Ver FREITAS, Lídia Silva de – *A Memória polémica da noção de sociedade da informação e sua relação com a área de informação. Informação & Sociedade: estudos*. João Pessoa, PB, 12, 2 (2002). Texto integral <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/147/141> (consultada em 5/03/2007).

¹⁴ Ver http://fr.wikipedia.org/wiki/Jean_Fourastié (consultada em 3/03/2007).

¹⁵ FOURASTIÉ, Jean – *Le Grand Espoir du XXe siècle: édition définitive*. Paris: Éditions Gallimard, 1963. 372 p. (reed. 1989 collection Tel Gallimard). A primeira edição: *Le Grand Espoir du XXe siècle: Progrès technique, progrès économique, progrès social*. Paris, Presses Universitaires de France, 1949, 224 p.

¹⁶ FOURASTIÉ, Jean – *Le Grand espoir du XXe siècle*, ob. cit., p. 323.

¹⁷ FOURASTIÉ, Jean – *Le Grand espoir du XXe siècle*, ob. cit., p. 329-364.

¹⁸ FOURASTIÉ, Jean – *Le Grand espoir du XXe siècle*, ob. cit., p. 334-335 e 337.

¹⁹ Ver LEVIE, Françoise – *L'Homme qui voulait classer le monde: Paul Otlet et le Mundaneum. Postface de Benoit Peeters*. Bruxelles: Les Impressions Nouvelles. 2006. ISBN 2-87449-022-9.

²⁰ Instituto Internacional de Bibliografía (BBF). In LÓPEZ YEPES, José – *Diccionario Enciclopédico de ciencias de la documentación*, vol. 2. Madrid: Editorial Síntesis, 2004. ISBN 84-9756-260-7. p. 74-75.

²¹ Pretensa, porque existe desde, pelo menos, Calimaco, o famoso bibliotecário da celebrada Biblioteca de Alexandria, um *corpus* básico de descrição, classificação e ordenação dos documentos, constituindo um legado teórico-prático continuado e aperfeiçoado pela dupla Otlet e Lafontaine.

²² FOURASTIÉ, Jean – *Le Grand espoir du XXe siècle*, ob. cit., p. 335-336.

²³ BELL, Daniel – *O Advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social. Tradução de Heloysa de Lima Dantas*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

²⁴ Lidia Silva de FREITAS em artigo atrás citado debruçou-se sobre a paternidade da expressão, salientando que há uma discordância entre aqueles que defendem ter sido cunhada por cientistas norte-americanos e os que situam tal primazia na comunidade acadêmica japonesa. E prossegue: *Aqueles que abordam a expressão como norte-americana creditam seus fundamentos ao relatório Machlup de 1962, partindo do pressuposto de que ela estava implícita em suas análises apesar de não ter sido enunciada dessa forma. Duff et al. Analisam que ver a expressão indústria do conhecimento como sinónimo de SI implicaria as identidades indústria/sociedade e conhecimento/informação, o que é indefensável. Outros citam trabalho de Parker e Porat apresentado em conferência da OCDE em 1975 como primeira aparição da expressão. Mas os autores mostram que Bell (1977), em seu livro de 1973 já havia citado SI para declinar de seu uso, por considerar que a noção não cobria a complexidade de características da sociedade que sua prospectiva delineava. Esta rejeição mostra que a expressão já era corrente. Curiosamente – mas não por acaso, como veremos a seguir –, o primeiro uso nos EUA foi feito pela American Society for Information Science (ASIS), que realizou reunião anual com o tema The Information Conscious Society em 1970. Outros autores, ao creditar a estudiosos japoneses a cunhagem da SI, apontam como seu autor Yujiro Hayashi, que em 1969 assessorou o governo do seu país em dois relatórios sobre a SI. No mesmo ano publicou o livro The Information Society; from hard to soft. Mas em 1963 Jiro Kamishima lançou essas ideias em artigo no periódico Hoso Assahi, desencadeando um boom desta questão no Japão. Nos registros de debate em que esse autor afirma que seu país passou a ser uma sociedade da indústria da informação, os editores do Hoso Ashi nomearam o artigo, em 1964, como Sociologia em Sociedades da Informação. Entre 1964 e 1966 esse mesmo periódico publicou uma série de artigos sobre o tema. Masuda, em 1968 publica o livro Introdução à Sociedade da Informação, precursor do famoso A sociedade da informação como sociedade pós-industrial (1980). A expressão e seus conteúdos se tornam*

tão disseminados no Japão que em 1971 é publicado um dicionário sobre a temática (Idem – A Memória polémica da noção de Sociedade da Informação e sua relação com a área de informação, art. cit., p. 3).

²⁵ BELL, Daniel – *O Advento da sociedade pós-industrial*, ob. cit., p. 538.

²⁶ *Ibidem*, p. 539.

²⁷ *Ibidem*, p. 539.

²⁸ CASTELLS, Manuel – *A Era da informação: vol. 1 – a sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. ISBN 972-31-0984-0. p. 5-6.

²⁹ LYON, David – *A Sociedade da informação: questões e ilusões*. Oeiras: Celta Editora, 1992. ISBN 972-8027-02-8.

³⁰ *Ibidem*, p. 141-142.

³¹ *Ibidem.*, p. 155.

³² *Ibidem*, p. 177.

³³ *Ibidem*, p. 179.

³⁴ *Ibidem*, p. 180.

³⁵ NEVES, Artur Castro – *Políticas públicas e reformas na sociedade da informação: posfácios de Armando Trigo de Abreu e Diogo Vasconcelos*. Porto: Edições Afrontamento, 2006. ISBN 978-972-36-0844-1. P. 27.

³⁶ *Ibidem*, p. 26.

³⁷ CASTELLS, Manuel – *A Era da informação: vol. 1 – a sociedade em rede*, ob. cit., p. 87.

³⁸ Conceito explicado do seguinte modo: *O conceito de paradigma tecnológico, elaborado por Carlota Perez, Christopher Freeman e Giovanni Dosi, com a adaptação da análise clássica das revoluções científicas elaborada por Khun, ajuda a organizar a essência da transformação tecnológica actual à medida que ela interage com a economia e a sociedade. Em vez de apenas aperfeiçoar a definição de modo a incluir os processos sociais além da economia, penso que seria útil destacar os aspectos centrais do paradigma da tecnologia de informação para que sirvam de guia na nossa futura jornada pelos caminhos da transformação social. No conjunto, esses aspectos representam a base material da sociedade de informação (Ibidem, p. 86-87).*

³⁹ Ver SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento/CETAC, 2006. ISBN 978-972-36-0859-5. p. 144 e 147.

⁴⁰ FRAGONARD, Michel – *La Culture du 20e siècle: dictionnaire culturelle*. Paris: Bordas, 1995. ISBN 2-04-020861-5. p. 303.

⁴¹ Rejeitamos designações alternativas, como a de sociedade do conhecimento ou sociedade bit, por nos aparecerem demasiado associadas a um discurso ideológico futurista carregado do optimismo inerente às "leituras" humanistas e benévolas da Tecno-utopia. Ver Silva, Armando Malheiro da – *A Informação*, ob. cit., p. 164.

⁴² CASTELLS, Manuel – *A Galáxia internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. ISBN 972-31-1065-2. p. 15.

⁴³ Ver BECK, Ulrich – *La Société du risque: sur la voie d'une autre modernité. Traduit de l'allemand par Laure Bernardi. Préface de Bruno Latour.* Paris: Éditions Flammarion, 2001. ISBN 2-0808-0058-2.

⁴⁴ CASTELLS, Manuel – *A Galáxia internet*, ob. cit., p. 317.

⁴⁵ OTLET, Paul – *Le Traité de la documentation: le livre sur le livre.* Bruxelles: Éditions Mوندaneum/Palais Mondial, 1934.

⁴⁶ Rafael CAPURRO (*Epistemologia y ciencia de la informacion*. In <http://www.capurro.de/enancib.htm>) enunciou quatro paradigmas ligados ao desenvolvimento da Ciência da Documentação/da Informação, perspectivada numa linha que exclui outras práticas profissionais e disciplinares como a Arquivística. Ver a este respeito SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação*, ob. cit., p. 55-58.

⁴⁷ Yves LE COADIC não hesitou em afirmar que a ciência da informação, ao preocupar-se em esclarecer um problema social concreto, passou a integrar o grupo das ciências sociais. E acrescenta: *Respondendo a uma necessidade social, a pesquisa em ciência da informação, pesquisa orientada, é elaborada em função dessa necessidade e foi, de alguma forma, determinada por ela. Também, sob a pressão das técnicas da informação, de máquinas concebidas para a comunicação, a preocupação dominante dos investigadores passou a ser o útil, o eficaz, o prático e a prática, e muito pouco o teórico, a teoria. Há pois um atraso da teoria sobre o empírico e sobretudo desconexão entre as duas (ver capítulo IV). De prática de organização, a ciência da informação tornou-se, sob efeito de uma procura social crescente, de novas apostas sociais e de importantes desenvolvimentos económicos, uma ciência social rigorosa* (cf. LE COADIC, Yves-François – *A Ciência da informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos-Livros, 1996. ISBN 85-85637-08-0. p. 21-22).

⁴⁸ SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação*, ob. cit., p. 145.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 150.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 140-141.

⁵¹ SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação*, ob. cit., p. 154-155.

⁵² *Ibidem*, p. 138 e 154

⁵³ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação*, ob. cit.

⁵⁴ SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4.

⁵⁵ SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação*, ob. cit., p. 81-109.

⁵⁶ BOURE, Robert (éd.) – *Les Origines des sciences de l'information et de la communication: regards croisés*. Paris: Presses Universitaires du Septentrion. 2002. ISBN 2-85939-745-0.

⁵⁷ MIÈGE, Bernard – *O Pensamento comunicacional. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Apresentação, revisão técnica e notas de Edgard Rebouças*. Petrópolis: Editora Vozes. 2000. ISBN 85-326-2296-8. E SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação*, ob. cit., p. 107-109.

⁵⁸ MIÈGE, Bernard – *Pensamento comunicacional*, ob. cit., p. 125; cit. por SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação*, ob. cit., p. 108-109.

⁵⁹ COLOMBO, Fausto – *Os Arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991, p. 119-120.

⁶⁰ Ver SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação*, ob. cit., p. 154.

⁶¹ COLOMBO, Fausto – *Arquivos imperfeitos*, ob. cit., p. 123-124.

⁶² SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação*, ob. cit., p. 154.

⁶³ SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação*, ob. cit., p. 138.

⁶⁴ Ver PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo – *Gestão integrada do Sistema de Informação Municipal: um estudo de caso. Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. Lisboa (12) 2003. ISSN0873-5670. p. 91-114. E ainda Idem – *Gestão integrada de sistemas de informação em autarquias locais: uma abordagem sistémica*. In *Homenagem ao Professor Doutor José Marques: 26 e 27 de Junho de 2003: organização Secção de Ciências Documentais/Departamento de Ciências e Técnicas do Património/Faculdade de Letras da Universidade do Porto: actas do Coloauqio "Do Documento à Informação" e da Jornada sobre Sistemas de Informação Municipal: Memória do Curso de Especialização em Ciências Documentais (1985-2003)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. ISBN 972-9350-84-1. P. 167-174.

⁶⁵ No plano teórico importa chamar a atenção para a acepção de sistema de arquivo como um sistema de significação de documentos, *ou seja, ele próprio um documento. É muitas vezes só através desse macro-documento, desse discurso definido pela ordem dada aos documentos, pelas relações arquivísticas projectadas e estabelecidas entre eles, que nos é possível surpreender a organização naquilo que ela tem de mais recôndito e, por vezes, inconsciente ou inconfessado, naquilo que constitui os traços essenciais do seu ser e do seu agir: a maneira como se prefigura a si própria, como considera os vários actores com que contracena e os vários papéis que lhe são distribuídos ou que escolhe* (VIEIRA, João – *A Arquitectura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original*. Páginas a&b: arquivos e bibliotecas. Lisboa (17) 2006. ISSN 0873-5670. p. 15-16.

⁶⁶ PINTO, Manuela Azevedo; SILVA, Armando Malheiro da – *Um Modelo sistémico e integral de gestão da informação nas organizações*. In 2.º *Contecsi-Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação/International Conference on information systems and technology management, 1.3 de Junho de 2005*, São Paulo, Brasil. (acessível através de site na www).

⁶⁷ É o corolário lógico do trabalho desenvolvido em Vila do Conde e citado atrás e ainda de uma proposta, ainda não implementada no terreno, pensada para a Prefeitura Municipal de Indaiatuba, Estado de São Paulo, Brasil por MASSON, Sílvia Mendes – *SIMAP: Sistema de informação municipal activa e permanente; SIMAI: Sistema de informação municipal activa de Indaiatuba*. In *Homenagem ao Professor Doutor José Marques: 26 e 27 de Junho de 2003: organização Secção de Ciências Documentais/Departamento de Ciências e Técnicas do Património/Faculdade de Letras da Universidade do Porto: actas do Coloauqio "Do Documento à Informação" e da Jornada sobre Sistemas de Informação Municipal: Memória do Curso de Especialização em Ciências Documentais (1985-2003)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. ISBN 972-9350-84-1. p. 175-199.